

A.I. Nº - 232535.0005/14-7
AUTUADO - L 4 EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA
AUTUANTE - LUIZ GONZAGA DA SILVEIRA JÚNIOR
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 29/10/2014

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0236-03/14

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. **a)** MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Infração não contestada. **b)** ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A COMERCIALIZAÇÃO. **b.1)** FALTA DE RECOLHIMENTO. **b.2)** RECOLHIMENTO A MENOS. Contribuinte não traz aos autos prova capaz de elidir a acusação fiscal. Infrações subsistentes. Retificada de ofício a multa para a infração 03. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 06/06/2014, exige crédito tributário no valor de R\$9.759,11, em razão das seguintes irregularidades:

1 - 07.21.01 - falta de recolhimento do ICMS por antecipação/ Substituição Tributária, na condição de empresa optante do Simples Nacional, referente a aquisições interestaduais de mercadorias, nos meses de julho de 2012, no valor de R\$716,99, acrescido da multa de 60%;

2 - 07.21.03 - falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial na condição de empresa optante do Simples Nacional, referente a aquisições interestaduais de mercadorias para comercialização, nos meses de maio, agosto a outubro de 2010, fevereiro, março e novembro de 2011, abril, junho, julho, setembro, novembro e dezembro de 2012, no valor de R\$6.392,33, acrescido da multa de 60%;

3 - 07.21.04 - recolhimento a menos do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante do Simples Nacional, referente a aquisições interestaduais de mercadorias para comercialização, nos meses de janeiro, novembro de 2010, janeiro a maio e novembro de 2011, abril a junho, agosto e setembro de 2012 no valor de R\$2.649,79, acrescido das multas de 50% e 60%.

O autuado impugna o lançamento fls. 480/482 (volume II). Reproduz as informações que lhe foram imputadas. Reconhece a infração 01.

Quanto às infrações 02 e 03, afirma que a empresa acosta demonstrativos que comprovam que não há falta de recolhimento do ICMS antecipação. Confessa que de fato, existem valores recolhidos a menos que totalizam R\$5.042,17. Acosta a defesa documentos, para solicitar a improcedência parcial desta cobrança.

O autuante prestou informação fiscal fls.507/510. Requer aos membros da Junta de Julgamento Fiscal a procedência total do Auto de Infração, pelos fatos e motivos que expõe.

Afirma que o contribuinte é empresa enquadrada na condição de optante pelo Simples Nacional. Repete as infrações imputadas ao autuado e sintetiza as razões defensivas. Frisa que os documentos acostados pela autuada, que contesta as “infrações 02 e 03” são argumentos frágeis, sem qualquer fundamentação e consistência jurídica, devendo ser rejeitados.

Sustenta que o procedimento fiscal foi desenvolvido obedecendo a todos os preceitos jurídicos, em especial, aos atinentes ao devido processo legal. Menciona que o Auto de Infração contém todos os requisitos previstos no RPAF/BA. A autuada, através de representante legal, recebeu todos os demonstrativos de ICMS de fls. 09/23, consoante recibos ali apostos. Reitera que o autuado em sua peça defensiva reconhece expressamente a “infração 01”.

Quanto à “infração 02”, assevera que a autuada deixou de recolher o ICMS antecipação parcial, referente as notas fiscais de aquisições de mercadorias de fora do Estado da Bahia, que foram elencadas pelo autuante em seus demonstrativos de fls.10 /13.

Diz que da análise dos demonstrativos de fls. 499/504, acostados pela autuada, contestando a referida Infração, relativo aos meses de 05/2010, 08/2010, 09/2010, 10/2010, 03/2011 e 11/2011, apresentam uma coluna intitulada de "RED. 20%", aplicando esta redução sobre o valor do ICMS, o que, na verdade, se configura um erro, já que o RICMS/BA, não prevê tal benefício, quando o contribuinte deixa de efetuar o pagamento do ICMS Antecipação Parcial no prazo regulamentar, como aconteceu no caso em tela. Salaria que conforme apurado nos autos, inclusive no corpo dos citados demonstrativos, a autuada não efetuou o pagamento do ICMS Antecipação Parcial, relativos às notas fiscais ali elencadas.

Esclarece que o ICMS de Antecipação Parcial cobrado na infração 02, referente aos meses de 05/2010 (R\$ 54,05), 08/2010 (R\$ 620,80), 09/2010 (R\$ 1.366,92) 10/2010 (R\$ 445,26), 03/2011 (R\$ 479,66) e 11/2011 (R\$17,88) são totalmente procedentes, não cabendo aplicação de quaisquer reduções em seus valores.

Registra ainda, que com referencia aos meses de 02/2011 (R\$ 461,73), 04/2012 (R\$ 749,80), 06/2012 (R\$ 390,00), 07/2012 (R\$ 737,23), 09/2012 (R\$ 26,87), 11/2012 (R\$ 269,93) e 12/2012 (R\$ 772,20), em momento algum da defesa e documentos ali acostados, a autuada contestou os dados, valores e/ou cálculos contidos nos demonstrativos de Apuração dos ICMS Antecipação Parcial de fls. 12/13. Além disso, não apresentou quaisquer comprovantes de recolhimentos do imposto respectivo. Diz que tais valores, exigidos na referida Infração, devem ser acatados.

No que diz respeito à “infração 03”, se exige diferenças a pagar dos ICMS Antecipação Parcial, relativos aos meses ali inseridos, tendo em vista que a autuada recolheu a menos, consoante demonstrativos fls. 14/23, nos quais estão relacionadas todas as notas fiscais que levaram a apuração do ICMS devido.

Ressalta que os valores de ICMS Antecipação Parcial que foram recolhidos pela autuada, estão considerados no levantamento fiscal e cálculos tributários, conforme se infere nos demonstrativos de fls. 14/23, onde constam os recolhimentos a menor das notas fiscais ali elencadas.

Explica que o fato de a autuada ter efetuado os referidos pagamentos do ICMS Antecipação Parcial (e que foram considerados pelo autuante no levantamento fiscal), não a exime de responsabilidade pelo pagamento de diferenças do ICMS, apuradas posteriormente em ação fiscal própria, como a decorrente do Auto de Infração lavrado.

Informa que ao se defender da Infração 03, a autuada apresenta demonstrativos de fls.486/498, por ela produzidos, que em nada acrescentam ao feito. Salaria que a autuada não apresentou nada que descaracterize os levantamentos e cálculos, constantes nos demonstrativos elaborados pelo autuante (fls.14/23). Diz perceber que os demonstrativos da autuada não afastam a exigência do ICMS lançado na citada Infração. Ressalta que a apuração dos valores do ICMS por Substituição Tributária e Antecipação Parcial, inseridos nas infrações 01, 02 e 03 e constantes em demonstrativos de fls. 09/23, foi obedecida a legislação tributária baiana, não havendo, portanto, nada de ilegal. Entende que o autuado não apresentou provas capazes de ilidir o feito fiscal e que sustentem as suas alegações. Requer que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

Versa o Auto de Infração em lide sobre o cometimento de infração à legislação do ICMS, decorrente da falta de recolhimento do ICMS por antecipação/ Substituição Tributária, referente a aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, infração 01, pelo recolhimento a menos e falta de recolhimento do ICMS por antecipação parcial, infrações 02 e 03 respectivamente, por contribuinte optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, decorrentes das aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado destinadas à comercialização. Trata-se de exigência prevista no art. 352-A do RICMS/97, referente ao valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

O autuado não contestou a infração 01, portanto a considero subsistente, visto que inexistente lide a respeito da mesma.

Na peça impugnativa, o defendente anexou demonstrativo que disse comprovar que não há falta de recolhimento do ICMS antecipação. Confessou que de fato, existem valores recolhidos a menos que totalizam R\$5.042,17. Acostou a defesa documentos, para solicitar a improcedência parcial desta cobrança. Requereu a improcedência parcial da autuação sob a alegação de que os cálculos levados a efeito para apuração do débito pela autuante estariam a mais, pois não foi considerada a opção da Empresa pelo Regime do Simples Nacional.

1. Em informação fiscal, o autuante afirmou que da análise dos demonstrativos de fls. 499/504, acostados pela autuada, verificou que o sujeito passivo apresentou um demonstrativo com uma coluna intitulada de "RED. 20%", aplicado sobre o valor do ICMS, o que se configura um erro, já que o RICMS/BA, não prevê tal benefício, quando o contribuinte deixa de efetuar o pagamento do ICMS Antecipação Parcial no prazo regulamentar. Quanto a infração 03, disse que a autuada recolheu a menos o ICMS antecipação parcial, consoantes demonstrativos fls. 14/23, nos quais estão relacionadas todas as notas fiscais que levaram a apuração do ICMS devido.

Compulsando os autos, constato que de acordo com o demonstrativo que retrata o imposto apurado, o autuante relacionou todas as notas fiscais que se referiam a aquisições interestaduais para comercialização, apurando o valor devido em conformidade com o art.12-A da lei 7.014/96, deduzindo as quantias pagas conforme DAEs apresentados, que resultaram no montante exigido no presente auto de infração.

Da análise dos demonstrativos acostados pela defesa fls.485/504, vejo que o que difere da apuração feita pelo autuante, é que o contribuinte para a apuração do *quantum* devido na infração 02 aplica redução de 20%, chegando a um valor diferente daquele apurado pelo autuante, no montante de R\$5.042,17.

O direito a redução da base de cálculo na apuração do imposto, no que tange a antecipação parcial para empresas optantes do Simples Nacional, está disposto no art. 352-A, §§ 4º e 5º do RICMS/97, para as operações ocorridas até 31/03/2012 e nos arts. 273 e 274 do regulamento do ICMS/2012, para ocorrências a partir de 01/04/2012, que assim dispõe, *in verbis*:

Art. 273. No caso de antecipação parcial decorrente de aquisições oriundas de estabelecimentos industriais, de produtos por eles fabricados, realizadas por contribuinte inscrito na condição de microempresa, fica concedida uma redução de 60% (sessenta por cento) do valor do imposto, na hipótese de o contribuinte efetuar o recolhimento no prazo regulamentar. (grifo nosso)

Art. 274. No caso de antecipação parcial decorrente de aquisições efetuadas por contribuintes enquadrados na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, independentemente da receita bruta, fica concedida uma redução de 20% (vinte por cento) do valor do imposto apurado, na hipótese de o contribuinte recolher no prazo regulamentar, não cumulativa com a redução prevista no art. 273. (grifo nosso)

Da análise dos dispositivos acima transcrito, resta claro que para fazer jus às reduções ali previstas, o contribuinte deveria efetuar o recolhimento integral do imposto no prazo regulamentar, o que no caso em análise não ocorreu.

O autuante desconsiderou corretamente, tais reduções neste lançamento de ofício, porque o sujeito passivo deixou de comprovar a realização do recolhimento integral do ICMS de forma tempestiva. Entendo neste caso, que as infrações 03 e 04 estão inteiramente caracterizadas.

De ofício, observo que a multa indicada no Auto de Infração, no percentual de 50%, para um item da infração 03, prevista no item “1” da alínea “b” do inciso I do artigo 42 da Lei nº 7.014/96 está equivocada, haja vista que, para os fatos geradores ocorridos após 28/11/07, a multa prevista para os casos de falta de antecipação parcial é a prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, no percentual de 60%. Dessa forma, retifico a multa indicada no Auto de Infração, no percentual de 50%, para a prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, no percentual de 60%.

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232535.0005/14-7**, lavrado contra **L4 EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$9.759,11** acrescido das multas de 60% prevista na alínea “d”, inciso II do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de outubro de 2014.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR